

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (EN) ALEXIS ZAKARTCHOUK JUNIOR

A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA LEGAL – AMEAÇAS À SOBERANIA

NACIONAL:

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Rio de Janeiro

2014

CC (EN) ALEXIS ZAKARTCHOUK JUNIOR

A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA LEGAL – AMEAÇAS À SOBERANIA
NACIONAL:
A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1) Alceu O. C. Jungstedt

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2014

RESUMO

Desde o século XIX até a atualidade, as nações desenvolvidas estão envolvidas na disputa pelo controle das fontes de energia e matéria-prima do planeta, valendo-se de práticas colonialistas para se apropriarem destes insumos. A perspectiva do esgotamento futuro destas fontes invariavelmente fez com que estas nações voltassem suas atenções às últimas reservas intactas do planeta, dentre as quais se destaca a Amazônia, *heartland* ecológico da Terra. Representando aproximadamente metade do território nacional, a Amazônia brasileira tem despertado a cobiça internacional devido às suas riquezas naturais e à sua importância para o desenvolvimento e integração continental. Este fato é evidenciado pela guerra assimétrica conduzida pelas ONGs ambientalistas e indigenistas, contra a presença do Estado brasileiro na região. O movimento ambientalista visa evitar que o Estado utilize os seus recursos naturais em seu processo de desenvolvimento, preservando-os para o consumo futuro dos países desenvolvidos. Por sua vez, o movimento indigenista visa fomentar a demarcação de áreas exclusivas para determinadas etnias, de forma a abrir caminho para a autonomia e, eventualmente, a secessão destas áreas. Ao isolá-las do Estado, objetiva-se facilitar o acesso estrangeiro às suas abundantes fontes de recursos naturais. De forma a resguardar os interesses nacionais, a Política Nacional de Defesa brasileira e seus documentos decorrentes contemplam de forma apropriada e exaustiva os aspectos inerentes à defesa da Amazônia. Além dos aspectos intrinsecamente militares, estes documentos inovam ao considerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia como o único meio capaz de assegurar a manutenção da soberania nacional nesta região.

Palavras-chave: Amazônia, Internacionalização, Ambientalismo, Indigenismo, ONG, Colonialismo, Guerra de Quarta Geração.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
CCPY	Comissão para a Criação do Parque Ianomâmi
DIA	<i>Defense Intelligence Agency</i>
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSB	Serviço Federal de Segurança da Federação Russa
G4G	Guerra de Quarta Geração
GTAM	Grupo de Trabalho da Amazônia
HE	Hipótese de Emprego
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MEVA	Missão Evangélica da Amazônia
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NSC	<i>National Security Council Report</i>
NSSM	<i>National Security Study Memorandum</i>
OIG	Organização Internacional Governamental
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PND	Política Nacional de Defesa
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O NEOCOLONIALISMO DO SÉCULO XXI	6
2.1 Antecedentes Históricos	6
2.2 A Guerra de Quarta Geração (G4G).....	9
3 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA	11
3.1 Os Motivos da Cobiça	12
3.2 A Configuração da Ameaça.....	14
3.3 O Movimento Ambientalista	15
3.4 O Movimento Indigenista.....	18
3.5 A Defesa da Amazônia.....	21
4 CONCLUSÃO.....	24

1 INTRODUÇÃO

O interesse estrangeiro pela Amazônia não é recente, remontando à segunda metade do século XIX, quando o Brasil sofreu as primeiras pressões internacionais para abrir a navegação no Rio Amazonas (FREGAPANI, 2011). Este período caracterizou-se também pela instalação na região de um grande número de empresas americanas e europeias que funcionaram até o término da Segunda Guerra Mundial (2ªGM) (1939-1945), quando Getúlio Vargas, aproveitando o contexto histórico de então, “nacionalizou” de fato a região (GAMA E SILVA, 2001).

Durante o período histórico subsequente, a Amazônia gozou de uma relativa tranquilidade graças ao equilíbrio de poder que caracterizou a Guerra Fria. Contudo, o colapso da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no início da década de 1990 pôs fim a esta situação de equilíbrio e consolidou os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados ocidentais componentes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como a coalizção militar hegemônica do planeta, marcando o surgimento de uma “nova ordem mundial”.

O caráter beligerante e intervencionista desta coalizção associado às inúmeras declarações recentes de líderes mundiais acerca da Amazônia gerou uma preocupação crescente em parte da sociedade brasileira quanto ao possível interesse internacional por esta rica região. Acredita-se que a perspectiva de esgotamento das reservas de energia e de matéria-prima invariavelmente forçará os países desenvolvidos a se apoderarem das últimas reservas intactas do planeta, dentre as quais se destaca a Amazônia. Teme-se também que a explosão demográfica mundial seja um convite para a ocupação desta região, por ser a única área habitável ainda despovoada do planeta.

O presente estudo visa demonstrar que este interesse é real e representa, de fato, uma ameaça à manutenção da soberania nacional nesta região e, em última instância, uma ameaça à manutenção da integridade territorial do próprio país.

Para tanto, inicialmente será mostrado que as nações desenvolvidas continuam envolvidas na disputa pelo controle das fontes de matéria-prima do planeta nos dias atuais, valendo-se de uma nova modalidade de colonialismo denominada “globalização”. Dentro do conceito de Guerra de Quarta Geração, será explicado como os antigos exércitos coloniais convencionais cederam lugar às Organizações Não-Governamentais (ONGs), verdadeiros exércitos invisíveis de ocupação.

Posteriormente, serão apresentados os fatores que justificam a cobiça estrangeira pela Amazônia e a demonstração de como a ameaça de intervenção externa se materializou no cenário internacional. Será mostrado que os movimentos ambientalista e indigenista representam armas geopolíticas a serviço do processo de internacionalização da Amazônia.

Por fim, a defesa da Amazônia será discutida à luz da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END).

2 O NEOCOLONIALISMO DO SÉCULO XXI

O termo “colonialismo” forçosamente induz o leitor a associá-lo com algo do passado histórico, uma vez que os impérios coloniais não mais existem e as matérias-primas podem, na atualidade, ser compradas em vez de conquistadas. Contudo, uma análise mais detalhada da história demonstra que esta percepção é falsa. O colonialismo subsiste de forma velada nos dias atuais, destinando especial atenção às regiões que abrigam os recursos naturais remanescentes do planeta.

2.1 Antecedentes Históricos

Na segunda metade do século XIX, após a segunda revolução industrial, as nações mais desenvolvidas já haviam percebido a importância de controlar as fontes de matérias-primas necessárias à produção dos bens industrializados, de expandir os seus mercados para dar vazão a esta produção e de dominar as nações menos desenvolvidas de forma a manter sua posição hegemônica. Neste contexto, as nações da Europa ocidental iniciaram uma nova investida colonial, sob os auspícios de uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo denominada Imperialismo. Esta fase se caracterizou pelo surgimento de grandes conglomerados financeiros (cartéis, trustes e *holdings*), marcando o fim do capitalismo concorrencial e o início do capitalismo monopolista.

Diferentemente do colonialismo dos séculos XVI-XVIII, o colonialismo do Século XIX foi direcionado contra os países da Ásia e África e visava o enriquecimento destes conglomerados financeiros em vez do Estado metrópole. Este movimento encontrou embasamento filosófico nos argumentos do “Darwinismo Social”, vertente da teoria de Charles Darwin que transferia os conceitos de evolução e seleção natural para o domínio das sociedades e civilizações, justificando a subjugação exercida pelas grandes potências contra as nações mais fracas (LEONARD, 2009).

O sistema colonial supracitado entrou em declínio após o término da Primeira Guerra Mundial (1ªGM) (1914-1917) e subsistiu até o final da 2ªGM, quando os países da Europa ocidental, exauridos pelo conflito, perderam a capacidade de gerenciar os seus vastos impérios coloniais. Neste período, os EUA se consolidaram como a única superpotência capitalista do mundo e, de imediato, passaram a redesenhar o cenário geopolítico do pós-guerra. Através do Plano Marshall, sob o pretexto de reconstruir os países europeus e o Japão, os EUA asseguraram a sobrevivência do capitalismo em escala mundial e penetraram nos mercados destes países (MUSTACICH, 2013).

Durante este período, os EUA constataram que a posse formal de colônias não era mais necessária para assegurar a transferência contínua das riquezas dos países periféricos para os desenvolvidos, uma vez que instrumentos como o sistema financeiro internacional, o comércio exterior e a propaganda poderiam ser utilizados para perpetuar e até mesmo intensificar esta relação de dominação e exploração, sendo esta nova modalidade de colonialismo (neocolonialismo) tão ou mais efetiva que a anterior (MUSTACICH, 2013).

Por conta disto, os EUA pressionaram o Reino Unido e a França para que acelerassem o desmantelamento de seus impérios coloniais visando a criar condições para o ingresso do capital estadunidense nos países do Terceiro Mundo. No entendimento dos EUA, as ex-colônias recém-independentes serviriam unicamente para prover matérias-primas, mercados consumidores, oportunidades de investimento e força de trabalho barata para as nações ocidentais industrializadas. Segundo este entendimento, a principal ameaça ao propósito supracitado seria o surgimento de governos nacionalistas que decidissem utilizar os seus recursos naturais em prol do desenvolvimento de seus países (CHOMSKY, 1992).

A publicação de documentos americanos recentemente desclassificados demonstra que a Guerra Fria, ao contrário do que se pensa, foi uma guerra travada pelos EUA para assegurar o controle do Terceiro Mundo (e não para deter a suposta ambição soviética de dominar o planeta). De acordo com o *National Security Council Report-68* (NSC-68), a principal ameaça representada pela URSS na época dizia respeito ao seu intento de fornecer apoio econômico e militar aos países do Terceiro Mundo, alvos do interesse americano. Desta forma, a ex-URSS representava um obstáculo às ações dos EUA junto aos países subdesenvolvidos, o que era inaceitável para as ambições imperialistas deste país (MUSTACICH, 2013). Adicionalmente, o sistema econômico soviético impedia a implantação de um sistema global baseado no princípio de livre circulação de produtos e investimentos, que favoreceria enormemente (como posteriormente favoreceu) as grandes corporações americanas da época (CHOMSKY, 1992).

Contudo, o colapso da ex-URSS em 1991 pôs fim a essa situação de equilíbrio, induzindo boa parte da população mundial a crer na infalibilidade do sistema capitalista e do mercado. Neste contexto, o capitalismo atingiu uma nova fase de desenvolvimento denominada neoliberalismo, alicerçada sobre o princípio de que a economia se autorregulava pela livre ação do mercado, não cabendo qualquer participação do Estado sobre este mecanismo. O capitalismo neoliberal marcou o surgimento de uma “nova era mundial”, caracterizada pela globalização das economias, redesenhando completamente o cenário imperialista da época.

Esta nova era, caracterizada pela transição do capitalismo keynesiano para o neoliberal, exigiu uma readequação da política neocolonialista vigente até então. A fim de permitir a transferência das riquezas do Terceiro Mundo para as nações desenvolvidas, os EUA e seus aliados da Europa ocidental forçaram os países a eliminar todas as barreiras para o livre trânsito de mercadorias e capitais, estabelecendo a livre concorrência no mercado mundial (globalização).

Entidades supranacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial contribuíram para este propósito, condicionando a concessão de seus empréstimos à realização de reformas estruturais que resultassem na adoção das práticas supracitadas. Desta forma, os fatores geopolíticos deixaram de ser os únicos aspectos relevantes na elaboração da política e estratégia dos Estados, juntando-se a eles os fatores geoeconômicos que se relacionam com o bom desempenho da economia do país, sua coesão social e sua capacidade de enfrentar a competitividade econômica (VIDIGAL, 2002a).

Desta forma, evidenciou-se que a globalização não passa de uma versão do neocolonialismo estabelecido após a 2ªGM, dado que as nações desenvolvidas continuam a prevalecer sobre as demais por possuírem melhor infraestrutura, tecnologias mais avançadas, maior capacidade de gerenciamento, acesso mais fácil ao capital e, sobretudo, porque - apesar do discurso liberal - continuam a adotar práticas protecionistas (VIDIGAL, 2002a). Trata-se, na verdade, de uma “ardilosa manobra para dominar os campos econômicos dos países mais atrasados e, ao mesmo tempo, internacionalizar os recursos naturais remanescentes na Terra”. (GAMA E SILVA, 2000, p.105).

Portanto, conclui-se que as nações desenvolvidas continuam envolvidas na disputa pelo controle das fontes de matéria-prima do planeta, valendo-se de uma nova modalidade de colonialismo (neocolonialismo) denominada globalização. Antes de aprofundar o estudo sobre esta disputa, torna-se necessário compreender as características de uma nova modalidade de conflito denominada “Guerra de Quarta Geração” (G4G).

2.2 A Guerra de Quarta Geração (G4G)

Após o término da 2ªGM, a guerra convencional se tornou demasiadamente perigosa por conta do desenvolvimento das armas nucleares, contribuindo para o aparecimento de uma nova forma de conflito denominada “Guerra de Quarta Geração” (G4G)² ou “Guerra Assimétrica”. Neste tipo de conflito, os ataques ao Estado podem partir de outros Estados, de conglomerados multinacionais, de grupos terroristas ou de qualquer outro tipo de organização. Como as Convenções de Genebra e as normas da Organização das Nações Unidas (ONU) não se aplicam a este tipo de guerra, elas são desprovidas de critérios, escrúpulos e limites (PESCE, 2008).

O surgimento das ONGs no cenário mundial remonta justamente a este período, marcado também pelo processo de desmantelamento dos últimos impérios coloniais europeus. Estas organizações foram formalmente apresentadas ao mundo pela Fundação da Comunidade Britânica (*Commonwealth Foundation*)³ que as definia como organizações voluntárias, independentes, sem ânimo de lucro, que buscavam melhorar as circunstâncias e possibilidades das pessoas desprotegidas e atuar na defesa de causas de interesse à sociedade em geral. Em 2008, segundo dados fornecidos por esta fundação, existiam mais de 50 mil ONGs no Reino Unido, manipulando um orçamento combinado de aproximadamente US\$ 30 bilhões anuais (CARRASCO, 2008). Entre as causas supracitadas, merecem destaque a defesa do meio ambiente, a proteção de tribos indígenas, o combate à corrupção, a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia.

Contudo, uma análise mais detalhada do *modus operandi* dessas organizações demonstra fortes indícios de que as mesmas constituem instrumentos políticos que agem em prol dos interesses de seus Estados/agentes financiadores, subvertendo e desacreditando Estados, fracionando países e fomentando guerras civis, golpes “democráticos” e revoluções. Nesta linha de raciocínio, as ONGs representam um verdadeiro exército irregular de ocupação, colocado fora do alcance das autoridades nacionais, substituindo a antiga estrutura de controle direto exercido pelo Gabinete Colonial Britânico (CARRASCO, 2008). Dado o poder desta nova arma geopolítica, não tardou para que os EUA e seus demais aliados da Europa ocidental também lançassem mão do seu uso.

²A G4G é o conflito multidimensional, envolvendo ações em terra, no mar, no ar, no espaço exterior, no espectro eletromagnético e no ciberespaço, nas quais o agressor pode não ser necessariamente um Estado organizado (PESCE, 2008). Envolve também ações nos campos político, econômico, cultural e de inteligência que visam desestabilizar ou até colapsar o Estado alvo, sem o uso de operações militares (FREGAPANI, 2011).

³Fundação criada em 1966 para gerenciar a transição do Império Britânico para a Comunidade Britânica.

Estes indícios se revelam de maneira muito clara na história recente da Rússia, literalmente invadida por organizações estrangeiras de todos os tipos, após a queda da ex-URSS. Dados de 2013 indicam a existência de mais de 220 mil ONGs neste país, merecendo destaque aquelas ligadas à promoção da democracia e à defesa dos direitos humanos (ICNL, 2014).

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, se pronunciou em diversas ocasiões sobre o assunto em questão. Em 2004, acusou as ONGs de promover os interesses de seus patrocinadores, em vez de atuarem de acordo com seus princípios declarados (LINO *et al.*, 2005). Em 2007, na 43ª conferência de Políticas de Segurança realizada em Munique, afirmou que os países ocidentais utilizam as ONGs como extensão dos seus instrumentos convencionais de condução de política externa (PUTIN, 2007).

Em 2005, o Diretor do Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB), em depoimento ao parlamento russo (Duma), acusou ONGs dos EUA, Reino Unido e outros países, de fornecerem cobertura para atividades de inteligência na Federação Russa, além de promoverem revoluções políticas em outras ex-repúblicas soviéticas. Segundo Nicolai Patrushev, os serviços de inteligência estrangeiros utilizam as ONGs para a coleta de informações e a promoção dos interesses de seus países. Segundo ele:

[...] as imperfeições da legislação e a falta de mecanismos eficientes para a supervisão do Estado criam um terreno fértil para a condução de operações de inteligência sob o disfarce de ajuda humanitária e outras atividades. Nicolai Patrushev, em 2005 (citado por LINO *et al.*, 2005, p. 246).

Esta situação de vulnerabilidade levou as autoridades russas a promulgarem a *Foreign Agent Law*, em 2012. Esta lei exige que as ONGs forneçam relatórios detalhados de suas finanças (identificando seus entes patrocinadores) e obriga aquelas financiadas por capital externo a se apresentarem como “agentes estrangeiros” em todas as campanhas que promoverem no país (ICNL, 2014).

Entendimento similar sobre o real objetivo das ONGs verifica-se junto às autoridades brasileiras. Em 1997, o então Contra-Almirante Júlio Soares de Moura Neto, na época Comandante do 6º Distrito Naval, afirmou que a campanha promovida pelas ONGs contra a hidrovía Paraná-Paraguai era um claro exemplo da atuação dos interesses internacionais antidesenvolvimentistas no Brasil (LINO *et al.*, 2005).

O estudo das ONGs atuantes no Brasil constitui uma tarefa complexa que foge ao escopo deste trabalho. A título de registro, menciona-se que o Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência da República instituiu, em 2005, o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM), coordenado pelo Coronel Gélvio Augusto Barbosa Fregapani, da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). O relatório apresentado à Presidência da República no mesmo ano concluiu que as ONGs têm contribuído ativamente para a criação de áreas de proteção ambiental e de reservas indígenas que dificultam e inibem a presença do Estado nesta região. O documento revela indícios de que as ONGs sejam utilizadas por países desenvolvidos para controlar os países subdesenvolvidos e as riquezas de seus vastos territórios (CARRASCO, 2008).

Este relatório identificou 115 ONGs atuantes na Amazônia, entre as quais o *World Wide Fund for Nature* (WWF), *Greenpeace*, *Friends of the Earth* e a *Survival International* (CARRASCO, 2008). Segundo o documento:

Muitas vezes, a serviço de outras nações, valorizam o mapeamento detalhado das riquezas minerais, o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade da região, sem o devido controle governamental. Tudo indica que os problemas ambientais e indigenistas são apenas pretextos. Que as principais ONGs são, na realidade, peças do grande jogo em que se empenham os países hegemônicos para manter e ampliar sua dominação. Certamente servem de cobertura para seus serviços secretos (LINO *et al.*, 2005, p. 110).

A concordância existente entre a ABIN e a FSB sobre os reais propósitos das ONGs evidencia que elas representam, de fato, armas geopolíticas a serviço dos governos e/ou dos conglomerados que as financiam.

O presente capítulo pretendeu demonstrar que as nações desenvolvidas, valendo-se de práticas colonialistas (globalização) e empregando exércitos invisíveis de ocupação (ONGs), continuam disputando o controle das fontes de matéria-prima do planeta. A simples perspectiva de esgotamento destas fontes no futuro próximo invariavelmente coloca a Amazônia no epicentro desta disputa (BRASIL, 2012a).

3 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Em 1947, os EUA propuseram a internacionalização de todas as jazidas de minerais radioativos do mundo (Plano Baruch), sob os auspícios da ONU. Apesar de o motivo alegado ser a não proliferação de armas nucleares (relembra-se que na época, apenas os EUA possuíam armas nucleares), o real propósito do plano era “corrigir as injustiças da natureza”, que proporcionara minerais radioativos a quem não possuía tecnologia e os negara a quem a possuía. Atualmente, a história se repete de certa forma em relação à Amazônia. Vozes

oriundas da comunidade internacional propõem a internacionalização desta vasta e rica área do globo, sob o pretexto de protegê-la de uma suposta destruição (FREGAPANI, 2011).

3.1 Os Motivos da Cobiça

"Eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens". Padre Antônio Vieira, no século XVII (citado por GAMA E SILVA, 2003, p. 91).

A importância geopolítica da Amazônia legal brasileira decorre de sua área de 4,8 milhões de km² (o que corresponde a aproximadamente 56,5% do território nacional), de suas fronteiras terrestres que totalizam 11 mil km e de sua fronteira marítima de 1,6 mil km. A ligação entre a sua bacia fluvial e o oceano atlântico permite a ligação desta região com os grandes mercados americanos e europeus (VIDIGAL, 2002b).

Contudo, a cobiça internacional pela Amazônia deve-se às riquezas naturais abrigadas nesta região evidenciadas pelo seu potencial em relação à energia, água potável, recursos minerais, biodiversidade e alimentos. Este entendimento encontra respaldo nos documentos condicionantes da defesa nacional que afirmam que “países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional”. (BRASIL, 2012a, p. 3).

Quanto à energia, estima-se que 2/3 do potencial hidroelétrico ainda a ser explorado no Brasil encontra-se na Amazônia. Por ser uma região pouco explorada, o seu potencial petrolífero ainda é desconhecido, porém promissor (sabe-se que as bacias sedimentares são propícias à formação de petróleo e espera-se que as fronteiras geológicas não coincidam com as fronteiras políticas). Quanto ao seu potencial nuclear, estima-se que 2% do Urânio natural e 30% do Tório existentes no mundo encontram-se na Amazônia (VIDIGAL, 2002b).

Ainda em relação a este aspecto, merece destaque especial a produção de energia a partir da biomassa. Proveniente do sol e fixada nos vegetais através da fotossíntese, esta fonte limpa e renovável poderá tornar a Amazônia (onde há abundância de radiação solar e água) na maior região produtora de energia do mundo. Os segmentos mais significativos são a lenha e seus derivados (carvão vegetal, alcatrão e gás) e, sobretudo, o óleo diesel obtido a partir de óleos vegetais. Sabe-se que a região oferece condições para a produção de biodiesel em escala similar à produção atual de petróleo da Arábia Saudita (VIDIGAL, 2002b).

A água potável é um recurso natural que vem ganhando proeminência no mundo contemporâneo, à medida que as reservas escasseiam por conta da degradação causada pela atividade humana. Estima-se que em meados do século XXI surjam problemas de abastecimento, especialmente nos países desenvolvidos. A água doce superficial corresponde a apenas 0,03% da água do planeta, sendo que 1/5 deste volume encontra-se na bacia amazônica, o maior reservatório de água doce superficial do mundo (VIDIGAL, 2002b).

No campo mineral, a Amazônia também se mostra grandiosa sendo a maior reserva mineral do mundo, caracterizada por apresentar um teor de minério superior à média mundial. A reserva de Carajás, por exemplo, é a maior reserva polimineralizada do planeta, produzindo ferro, cobre, níquel, manganês, estanho, chumbo, zinco, molibdênio, tungstênio, cromo, prata, alumínio e amianto. Por sua vez, a reserva de Seis Lagos caracteriza-se por conter 90% das reservas mundiais de nióbio, metal estratégico por conta de seu emprego em setores de alta tecnologia como o aeroespacial e nuclear. Sabe-se também que as serras desconhecidas da fronteira norte concentram jazidas significativas de minérios preciosos, estratégicos e básicos (VIDIGAL, 2002b).

A biodiversidade é outra fonte de riqueza que não pode ser negligenciada. Estima-se que a região da Pan-Amazônia compreenda 30% do banco genético do planeta, sendo a maior fonte natural de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agronômicos. Parte significativa destes recursos é perdida por conta da ação da biopirataria patrocinada pelos grandes laboratórios estrangeiros que, utilizando os insumos amazônicos, desenvolvem e patenteiam produtos de elevado valor agregado (VIDIGAL, 2002b).

Por fim, cabe mencionar a vocação natural da Amazônia para a produção de alimentos, sobretudo através da agricultura. Mesmo representando 33% da reserva florestal latifoliada do planeta, 16% da área amazônica é naturalmente desprovida de floresta, sendo constituída por campos de várzea, campos de terra firme e manchas férteis. Particularmente nas extensões existentes entre os rios Tapajós e Xingu, já existe expressiva atividade agrícola desenvolvida em terra roxa de qualidade similar às existentes em São Paulo (FORTUNA, 2006).

Este imenso potencial de riquezas associado à perspectiva de esgotamento das atuais fontes de matéria-prima invariavelmente coloca a Amazônia no epicentro da cobiça internacional, conforme evidenciado pelas declarações de alguns líderes mundiais proeminentes:

“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. François Mitterrand, em 1989 (citado por FREGAPANI, 2011, p. 143).

“O Brasil deve delegar parte de seus direitos aos organismos internacionais competentes”. Mikail Gorbachov, em 1989 (citado por FREGAPANI, 2011, p.143).

“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas sim de todos”. Al Gore, em 1989 (citado por FREGAPANI, 2011, p.143).

3.2 A Configuração da Ameaça

“Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente”. General Patrick Hughes, em 1998 (citado por FREGAPANI, 2011, p. 143).

Em 1982, o documento “Guia para Planejamento da Defesa” elaborado pelo então subsecretário de defesa Paul Wolfowitz revelou que o propósito principal dos EUA, na esfera mundial, é o de evitar o surgimento de países que possam rivalizar com ele em qualquer ponto do planeta (GAMA E SILVA, 2004). Um ponto crucial a respeito deste documento é transcrito a seguir:

O mesmo documento preconiza que esse propósito é consideração dominante para fundamentar a estratégia de defesa global e requer um grande esforço do país para impedir que qualquer poder venha a se consolidar em região cujos recursos sejam suficientes para alçá-lo à condição de poder mundial. (GAMA E SILVA, 2004, p. 74).

Em 1988, o diretor da *Defense Intelligence Agency* (DIA), General Patrick Hughes, revelou em uma palestra ministrada no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) as hipóteses de guerra para os EUA, válidas para as duas décadas seguintes (GAMA E SILVA, 2004):

- A abertura de acessos às fontes de recursos naturais;
- O impedimento de agressões ao meio ambiente que viessem afetar o país;
- O combate ao narcotráfico; e
- A extirpação dos focos de terrorismo internacional.

A história demonstra a validade destas hipóteses; a primeira serviu de pretexto para a segunda guerra do Iraque enquanto que a quarta serviu de pretexto para a guerra do Afeganistão (GAMA E SILVA, 2004).

A combinação das declarações do subsecretário de defesa com as quatro hipóteses de guerra apresentadas pelo diretor da DIA demonstram que o Brasil, *a priori*, já se enquadra como inimigo potencial dos Estados Unidos pelo simples fato de possuir as condições

necessárias para atingir a condição de potência mundial, sendo que qualquer uma das quatro hipóteses poderá ser utilizada como pretexto para provocar uma eventual guerra contra o Brasil, particularmente na região amazônica (GAMA E SILVA, 2004).

O interesse americano em relação à Amazônia ficou patente durante a seleção do fornecedor do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), em 1998. É sabido que o projeto desencadeou uma intensa disputa internacional entre diversos países, onde o interesse estratégico superou o comercial. Com a vitória dos Estados Unidos sobre a França, em circunstâncias ainda não totalmente clarificadas, os primeiros poderão acessar as imagens de satélite em posse da empresa operadora *Raytheon*, ainda que esta tenha se comprometido a não fornecê-las ao governo americano. Outro fato que denota o crescente interesse americano na região foi a reativação da IV Frota em 2008, destinada a operar na pacífica e desnuclearizada América Latina (FREGAPANI, 2011).

O bloqueio ao surgimento de países em condições de rivalizar com os atuais detentores do poder mundial e a abertura do acesso às fontes de recursos naturais são objetivos que não exigem, em princípio, a conquista formal dos territórios de interesse. Particularmente para o caso amazônico, será mostrado que os movimentos ambientalista e indigenista estão contribuindo para a consecução destes objetivos, dentro do contexto da Guerra de Quarta Geração (G4G).

3.3 O Movimento Ambientalista

"O mundo quer que o Brasil pare de destruir irresponsavelmente a Amazônia". Série de editoriais do New York Times, em 1989 (citado por FREGAPANI, 2011, p. 143).

O movimento ambientalista internacional, conduzido por países do primeiro mundo, Organizações Internacionais Governamentais (OIGs) e ONGs, ganhou impulso e proeminência mundial a partir de 1972, como resultado da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), que introduziu a temática ambiental no cenário das relações internacionais. Em 1988, também sob os auspícios das Nações Unidas, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), organismo científico intergovernamental destinado a estudar o impacto da atividade humana sobre a variação do clima na Terra (IPCC, 2014).

Entretanto, a massificação do movimento ambientalista só ocorreu após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92),

realizada em 1992 no Rio de Janeiro, graças às previsões apocalípticas referentes às mudanças climáticas no planeta, associadas às emissões humanas de carbono na atmosfera. Além da temática ambiental, esta conferência introduziu a questão da defesa das comunidades indígenas na pauta de discussão.

Em 1995, as Nações Unidas instituíram a Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), conclave anual destinado a verificar os progressos relativos ao problema da mudança climática e, sobretudo, a negociar o Protocolo de Kyoto. Este protocolo estabelece obrigações legais aos países signatários de reduzir e limitar as suas emissões de carbono, provenientes majoritariamente da queima de combustíveis fósseis.

Contudo, em anos recentes, o aquecimento global passou a ser questionado por parcela significativa da comunidade científica internacional, fato este raramente noticiado pela mídia. Diversos cientistas⁵ afirmam que as variações climáticas atuais decorrem da alternância normal entre os ciclos de aquecimento e resfriamento, observados desde os primórdios da história geológica do planeta. Alguns chegam a afirmar que o mundo está prestes a ingressar em uma nova era glacial. O alardeado consenso mundial acerca do aquecimento global simplesmente não existe.

A não adesão dos EUA ao Protocolo de Kyoto enfraqueceu o argumento ambiental e revelou indícios de que o real propósito deste instrumento é criar um obstáculo quase intransponível ao desenvolvimento mundial, uma vez que 75% da energia consumida no mundo provêm de combustíveis fósseis (CARRASCO, 2008). Adicionalmente, a possibilidade de comercializar “créditos de carbono” no mercado mundial representa uma forma sofisticada de colonialismo, dado que os países subdesenvolvidos poderão trocar investimentos em energia e desenvolvimento por “esmolas ambientais” (LINO *et al.*, 2005).

Em função destes argumentos e considerando as perspectivas de esgotamento das atuais reservas de recursos naturais estratégicos (energia, minerais, água doce e alimentos), existe uma corrente de pensamento que afirma ser o ambientalismo uma nova forma de colonialismo que visa obstruir o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos de forma a impedir que eles explorem os seus recursos naturais, preservando-os para o consumo futuro dos países desenvolvidos (LINO *et al.*, 2005). Colateralmente, visa também evitar o surgimento de países em condições de rivalizar com os atuais detentores do poder mundial (FREGAPANI, 2011).

⁵Em 1998, mais de 20 mil cientistas dos EUA e de outros países assinaram a “Petição de Oregon”, declarando não haver evidências de que as emissões humanas de carbono estejam causando ou causarão, no futuro previsível, um aquecimento catastrófico da atmosfera e a desestabilização do clima na Terra (LINO *et al.*, 2005).

O Brasil, por suas dimensões continentais, posição estratégica e potencial de desenvolvimento configura-se como alvo prioritário do movimento ambientalista. Em 1975, o Memorando-Estudo de Segurança Nacional 200 (NSSM-200), publicado pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA, explicitou que o crescimento populacional do Brasil e de outros 12 países em desenvolvimento (todos ricos em recursos naturais) representava uma ameaça à segurança dos EUA e de seus aliados, uma vez que o atendimento das necessidades de bem-estar das populações crescentes destes países invariavelmente os fariam consumir os seus recursos naturais, especialmente os minerais (CARRASCO, 2008).

Uma investida explícita do movimento contra o Brasil e a Amazônia ocorreu no final da década de 1980, quando líderes de ONGs ligadas ao movimento propuseram um mecanismo de troca de “dívidas por natureza” (*debt-for-nature-swaps*), onde os países subdesenvolvidos poderiam converter parcelas de suas dívidas externas em programas de proteção ambiental, sob a supervisão e execução de organismos internacionais (CARRASCO, 2008).

Atualmente, os ataques do movimento ambientalista no Brasil visam, sobretudo, os projetos de infraestrutura nas áreas de energia e transportes. As campanhas de oposição à construção da Usina de Belo Monte e à duplicação da capacidade de Tucuruí são largamente conhecidas do público graças ao destaque que obtiveram na mídia. Menos conhecidas são as campanhas movidas contra o desenvolvimento das hidrovias brasileiras. Estas linhas de penetração de “menor resistência” seriam os vetores mais apropriados para promover o processo de integração da Amazônia ao centro-sudeste do país, contribuindo também para a sua defesa (AZEVEDO NETO, 1988). Adicionalmente, permitiriam o escoamento da produção agroindustrial a custos reduzidos, conferindo grande competitividade aos produtos brasileiros no mercado internacional (CARRASCO, 2008).

Em 1998, o então Contra-Almirante Sérgio Loesch Soares, na época Comandante do 6º Distrito Naval, emitiu um comunicado à imprensa onde teceu a seguinte afirmação a respeito do assunto:

Os representantes internacionais que se dizem conhecedores da região são filiados a ONGs financiadas por dinheiro estrangeiro, proveniente de países que não têm o menor interesse em que nossos produtos cheguem ao comércio internacional a preços competitivos. Tais ações estão ligadas a interesses externos ou particulares para que não se dê continuidade à utilização racional da hidrovia, que é fator importante para o desenvolvimento sustentável da região, uma vez que o transporte hidroviário é o mais econômico e o que menos agride o meio ambiente, conforme demonstra sua utilização em larga escala pelos países desenvolvidos (LINO *et al.*, 2005, p. 186).

Desta forma, confirmam-se os indícios de que um dos objetivos do movimento ambientalista é preservar os recursos naturais da Terra a fim de atender as necessidades futuras dos países desenvolvidos, contribuindo também para congelar a atual cenário do poder mundial.

3.4 O Movimento Indigenista

"Há uma ideia fixa dos estrangeiros em fazer dos índios em solo brasileiro, nações e povos independentes". Marechal Cândido Rondon, no século XX (citado por FREGAPANI, 2011, p. 137).

As discussões sobre os direitos dos povos indígenas adquiriram força no cenário internacional a partir da década de 1980, quando a necessidade de um sistema de normas que intermediasse a relação entre Estados nacionais e povos indígenas foi apresentada ao mundo. Em 1982, a ONU criou o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas que propôs a elaboração de uma Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (CARRASCO, 2008). Este documento, minutado em 1988 e aprovado em 1993, serviu de base para a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Indígenas, aprovada⁶ na Assembleia Geral da ONU em 13 de setembro de 2007 (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Este instrumento, do qual o Brasil é signatário, é composto de um preâmbulo e de 46 artigos, e limita a soberania dos países signatários nas regiões ocupadas por silvícolas e não deixa dúvidas quanto ao seu teor separatista por considerar as populações indígenas como “nações indígenas”, conforme evidenciado por alguns de seus artigos (lista não exaustiva):

- a. Artigo 3: Povos indígenas têm o direito de autodeterminação. Eles livremente determinam seu status político e livremente determinam o caminho de seu desenvolvimento econômico, social e cultural (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.7).
- b. Artigo 4: Povos indígenas, no exercício de seu direito de autodeterminação, têm o direito à autonomia ou ao autogoverno em matérias relativas aos seus negócios internos e locais, como também aos caminhos e meios de financiamento de suas funções autônomas (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.7).
- c. Artigo 30: 1. Atividades militares não devem acontecer em terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que justificadas por um interesse público relevante ou, de outra forma, sejam livremente aceitas, ou requisitadas pelos povos indígenas envolvidos (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.16).
- d. Artigo 36: 1. Povos indígenas, em particular aqueles divididos por fronteiras internacionais, têm o direito de manter e desenvolver contatos, relações e cooperação, incluindo atividades com propósitos espirituais, culturais, políticos, econômicos e sociais, com seus próprios membros, tanto quanto com outros povos além fronteiras (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.18).

⁶Aprovada com 143 votos a favor, 11 abstenções e 4 votos contra (Canadá, EUA, Nova Zelândia e Austrália) (FREGAPANI, 2011).

No contexto brasileiro, a Constituição de 1988, a demarcação da Reserva Ianomâni (1991), a demarcação da Reserva Raposa-Serra-do-Sol (2005) e a adesão à Declaração Universal dos Direitos Indígenas (2007) representam marcos significativos na condução da política indigenista nacional.

A Constituição de 1988, diferentemente das todas as Constituições republicanas anteriores, adotou os conceitos “autonomista” e de “originalidade” dos direitos indígenas em relação à terra que ocupam. Enquanto que o primeiro introduziu um viés plurinacional às populações indígenas, o segundo desvinculou os direitos supracitados do ato de outorga do Estado, passando a vinculá-los às circunstâncias históricas de ocupação original e de utilização ancestral (CARRASCO, 2008).

A demarcação contínua da Reserva Ianomâni pode ser considerada a primeira grande derrota sofrida pelo Brasil no esforço de manter a sua soberania sobre a Amazônia, sendo o resultado da ação de países e organizações estrangeiras e da fraqueza de sucessivos governos brasileiros. Instituída pelo decreto de 15 de novembro de 1991, a reserva abriga 6 mil indígenas da etnia Ianomâni numa área de 90 mil km², localizada na região fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Coincidentemente, a reserva engloba uma importante província mineral rica em ouro, fosfato e cassiterita (CARRASCO, 2008).

A cronologia da criação da Reserva Ianomâni remonta muitos anos antes da assinatura do decreto de sua criação, conforme apresentado a seguir:

- Em 1957, a Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) efetuou uma das primeiras expedições à região dos Ianomânis. Suspeita-se que o verdadeiro objetivo desta incursão tenha sido o de efetuar o reconhecimento geológico da área em questão (FREGAPANI, 2011);

- Em 1969, foi criada a *Survival International* (braço indigenista da WWF) com o objetivo principal de lutar pela criação do Parque Ianomâni. Esta ONG realizou diversas expedições de reconhecimento na região dos Ianomânis, até seus membros serem expulsos do país em 1976, por decisão do governo federal (CARRASCO, 2008);

- Entre 1977 e 1978, o governo brasileiro delimitou 19 áreas (“ilhas”) Ianomânis, cedendo às pressões exercidas por antropólogos e pela comunidade internacional (FREGAPANI, 2011);

- Em 1978, sob os auspícios da *Survival International*, foi criada a Comissão para a Criação do Parque Ianomâni (CCPY), a fim de “nacionalizar” a campanha de criação da reserva. A CCPY passou a atuar como a conexão brasileira do *lobby* internacional, atuando como elemento de propaganda e pressão junto ao governo, ao congresso e a grupos privados

brasileiros. Nesse mesmo período, o Brasil passou a ser visto pela comunidade de países como o "principal vilão ambiental do planeta", tendo sido alvo de pressões internacionais que previam ações legais contra ele no âmbito da ONU e de outras OIGs. Esta fase culminou em 1985, com a elaboração de um projeto de lei em favor da criação do Parque Ianomâmi (CARRASCO, 2008);

- Em 1991, consoante com a política externa de "autonomia pela integração" que caracterizou este período, o governo brasileiro cedeu facilmente às pressões estrangeiras⁸ e assinou o decreto que delimitou, de forma contínua, a Reserva Ianomâmi, assinalando a derrota de uma batalha iniciada 34 anos antes.

Uma vez assegurado o controle da fronteira norte-noroeste do estado de Roraima com a criação da Reserva Ianomâmi, os esforços estrangeiros voltaram-se para a região norte-nordeste deste estado, iniciando as operações que culminaram com a demarcação contínua da Reserva Raposa-Serra-do-Sol em 2005 e a expulsão de todos os não-índios em 2008.

Embora menor e menos mineralizada do que a Reserva Ianomâmi, a região da Raposa-Serra-do-Sol despertou um grande interesse estrangeiro por representar não somente uma oportunidade de criar mais um "enclave indígena" fronteiriço (entre a Venezuela e a Guiana), mas, sobretudo, de destruir o bem sucedido polo de desenvolvimento econômico de Roraima baseado no cultivo do arroz, que representava o exemplo a ser seguido para o desenvolvimento racional do restante da Amazônia (LINO *et al.*, 2005).

Por fim, mas não menos importante, cabe citar a adesão do Brasil à Declaração Universal dos Direitos Indígenas em 2007, uma vez que a constituição federal preconiza que tratados e acordos internacionais, quando aprovados pelo Brasil, têm força de emenda constitucional (FREGAPANI, 2011).

A observação destes eventos evidencia de forma clara a estratégia de longo prazo adotada pela comunidade internacional para se apoderar do controle da região Amazônica. Das ações abaixo relacionadas, apenas as três últimas não foram ainda consumadas (FREGAPANI, 2011):

- Identificar, por meio de expedições, as principais reservas minerais da região e instalar grupos indígenas sobre as mesmas;

- Fomentar a criação e a expansão das reservas indígenas, difundindo a ideia de que os grupos indígenas representam nações etnicamente diferenciadas;

⁸Merece registro o documento do senado dos EUA pedindo ao presidente americano que exigisse do chefe de estado brasileiro a imediata demarcação contínua da Reserva Ianomâmi, declarando que se ele não a fizesse, demonstraria claramente sua incapacidade de evitar a destruição da floresta (FREGAPANI, 2011).

- Patrocinar as atividades de demarcação das reservas indígenas, pressionando o governo brasileiro a homologá-las;
- Fazer com que a constituição atribua força de emenda constitucional às convenções e tratados internacionais aprovados pelo Brasil;
- Retirar as populações nacionais das terras indígenas;
- Ainda que unidas ao Brasil, conferir às reservas indígenas autonomia para negociar com países estrangeiros;
- Fomentar a secessão das reservas indígenas brasileiras de forma a permitir que se unam às reservas contíguas de outros países e formem novas nações; e
- Se necessário, efetuar a tomada “*manu militari*” das mineralizadas serras do norte da Amazônia.

Conclui-se, portanto que o objetivo real do movimento indigenista é fomentar a demarcação de áreas exclusivas para determinadas etnias, de forma a abrir caminho para a autonomia e, eventualmente, a secessão destas regiões. Ao isolá-las dos seus países de origem, objetiva-se facilitar o acesso às suas abundantes fontes de recursos naturais (FREGAPANI, 2011).

3.5 A Defesa da Amazônia

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la." General-de-Exército Rodrigo O. Jordão Ramos, no século XX (citado por BRASIL, 2014, p.1).

A Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012a), documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, estabelece a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial como o primeiro objetivo nacional permanente, dedicando particular atenção à defesa da região Amazônica (BRASIL, 2012a).

A PND reconhece que os “países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional” (BRASIL, 2012a, p. 3) em disputas por fontes de água doce, alimentos e energia, cada vez mais escassas e afirma que a Amazônia brasileira, por suas riquezas e características, já é foco da atenção internacional (BRASIL, 2012a).

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, a PND qualifica como imprescindível a execução de uma “série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais” (BRASIL, 2012a, p. 8).

Decorrente da PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2012b) estabelece a Amazônia como um dos focos principais do esforço de defesa:

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil (BRASIL, 2012b, p. 5).

Particularmente para esta região, a END considera a Hipótese de Emprego (HE) relativa a uma guerra ou conflito armado assimétrico, a ser sustentado “contra um inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a qualquer pretexto, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia” (BRASIL, 2012b, p. 15).

Em face da HE supracitada, a END apresenta as seguintes diretrizes relativas ao preparo das Forças Armadas (lista não exaustiva), específicas à defesa da Amazônia:

- O adensamento da presença de unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nas regiões de fronteira, sem prejuízo da defesa dos grandes centros demográficos e industriais do país (BRASIL, 2012b);

- O fortalecimento da presença da Marinha na região da foz do rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Panamá, empregando navios-patrolha e navios-transporte, ambos guarnecidos por helicópteros, adaptados ao regime das águas. Esta presença será facilitada pelo desenvolvimento das hidrovias do Paraná-Tietê, do Madeira, do Tocantins-Araguaia e do Tapajós-Teles Pires. Adicionalmente,  prevista a construo de uma Base Naval de uso múltiplo, comparável à Base Naval do Rio de Janeiro em termos de abrangência e densidade de meios (BRASIL, 2012b);

- A adoo, por parte do Exército, dos conceitos estratégicos de flexibilidade e de elasticidade. A flexibilidade prevê o emprego combinado das reservas táticas estratégicas do Exército, valendo-se de um sistema integrado de monitoramento e controle, feito inclusive a

partir do espaço. Desta forma, a presença (ou onipresença) poderá ser substituída pela capacidade de se fazer presente (mobilidade) à luz da informação (monitoramento e controle). A elasticidade prevê a construção de uma força de reserva a partir do serviço militar obrigatório, mobilizável de acordo com as circunstâncias (BRASIL, 2012b); e

- O aparelhamento da Aeronáutica de forma a capacitá-la a, em poucas horas, transportar a reserva estratégica do Exército para qualquer ponto do território nacional e de apoiar as unidades da Força Terrestre nas regiões Amazônica e centro-oeste, sobretudo as situadas nas fronteiras (BRASIL, 2012b).

Um aspecto importante da END é considerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia como instrumento de defesa nacional, por considerá-lo como único meio capaz de consolidar as condições necessárias à manutenção da soberania nacional nesta região (BRASIL, 2012b). Neste esforço torna-se necessário:

- Promover ações de presença do Estado na região Amazônica, em especial pelo fortalecimento do braço militar do Programa Calha Norte. Neste contexto, seria extremamente desejável permitir e incentivar o garimpo na região de forma a sedimentar uma população genuinamente brasileira capaz de formar grupos de guerrilha na retaguarda de eventuais forças estrangeiras de intervenção. Adicionalmente, a integração dos indígenas à sociedade brasileira (ainda que em caráter opcional) permitiria a incorporação voluntária de tribos indígenas ao Exército Brasileiro, formando um contingente considerável e permanente na região (FREGAPANI, 2011); e

- Fortalecer o processo de integração continental, a partir do MERCOSUL e da União de Nações Sul-Americanas e estreitar o relacionamento entre os países pertencentes à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Particularmente aos países signatários deste tratado, caberá rechaçar contestações de soberania, tentativas de promover a perda das identidades nacionais, o surgimento de comportamentos desestabilizadores, a eclosão de conflitos étnicos, raciais e religiosos e o crescimento do narcotráfico e do crime organizado (FORTUNA, 2010).

O presente capítulo pretendeu demonstrar que a internacionalização da Amazônia é uma ameaça real que, se concretizada, implicará na maior catástrofe geopolítica da história do Brasil. Este processo já se encontra em curso, haja vista a atuação dos movimentos ambientalista e indigenista na região, respaldada por países e organismos internacionais. O Brasil não está inerte a esta ameaça, uma vez que a PND e a END contemplam de forma apropriada e exaustiva os aspectos inerentes à defesa da Amazônia.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou que as nações mais desenvolvidas continuam a disputar o controle das fontes de matéria-prima e de energia do planeta, de forma a manter o bem estar de suas populações. A perspectiva de esgotamento destes insumos invariavelmente forçará os países desenvolvidos a abrirem novos acessos às últimas reservas intactas.

A Amazônia, por seu grande potencial energético e mineral, já é alvo da atenção internacional. A demonstração explícita mais recente deste interesse remonta a década de 1990, quando os países desenvolvidos propuseram converter parte da dívida dos países devedores detentores de riquezas naturais em financiamentos destinados ao fomento de projetos ambientais (*debt-for-nature-swaps*). Em termos práticos, isto significaria a demarcação, ampliação e interdição de áreas indígenas e parques nacionais e, eventualmente, a perda destes territórios.

Dado que o objetivo estrangeiro é o acesso aos recursos naturais e não a conquista de territórios, uma intervenção militar convencional na Amazônia, embora não seja impossível, é improvável no presente momento. Atualmente, uma intervenção neste molde seria desnecessária, uma vez que as ONGs ligadas aos movimentos ambientalista e indigenista no Brasil já contribuem de forma eficiente e eficaz à consecução do objetivo supracitado, representando um verdadeiro exército invisível e irregular de ocupação, dentro do contexto da Guerra de Quarta Geração (G4G).

O movimento ambientalista visa evitar que os países emergentes utilizem os seus recursos naturais em seu processo de desenvolvimento, preservando-os para o consumo futuro dos países desenvolvidos. Tendo como alvo sobretudo os projetos de energia e transporte, o ambientalismo visa também evitar que os primeiros adquiram a condição de rivalizar com os últimos. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de congelar o atual cenário do poder mundial. Por sua vez, o movimento indigenista visa fomentar a demarcação de áreas exclusivas para determinadas etnias, de forma a abrir caminho para a autonomia e, eventualmente, a secessão destas regiões. Ao isolá-las dos seus países de origem, objetiva-se facilitar o acesso às suas abundantes fontes de recursos naturais.

A PND e a END contemplam de forma apropriada e exaustiva os aspectos inerentes à defesa da Amazônia. Além dos aspectos intrinsecamente militares, estes documentos inovam ao considerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia como o único meio capaz de assegurar à manutenção da soberania nacional nesta região.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETO, V. Transportes: princípios de seleção. Centro Gráfico do Senado, Brasília, 2ª Edição, 1988.

BRASIL. Exército. Biografia do General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: < <http://www.2gpte.eb.mil.br/curriculum.html>>. Acesso em 21 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2012b.

CARRASCO, L. Máfia verde. O ambientalismo a serviço do governo mundial. 11. ed. Editora Capax Dei. 2008.

CHOMSKY, N. Deterring democracy. Reissue edition (April 6, 1992). Editora Hill and Wang. 1992.

FORTUNA, H. G. Amazônia: uma visão político-estratégica. Revista Marítima Brasileira, p. 25-36, Primeiro Trimestre, 2010.

FORTUNA, H. G. Amazônia: uma visão de preservação e desenvolvimento. Revista Marítima Brasileira, p. 69-81, Quarto Trimestre, 2006.

FREGAPANI, G. A Amazônia no grande jogo geopolítico. Um desafio mundial. Editora Thesaurus. 2011.

GAMA E SILVA, R. A Amazônia, o Brasil e a dissuasão necessária. Revista Marítima Brasileira, p. 73-75, Terceiro Trimestre, 2004.

GAMA E SILVA, R. A Amazônia para quem não a conhece – usufruir sem depredar. Revista Marítima Brasileira, p. 81-93, Segundo Trimestre, 2003.

GAMA E SILVA, R. A Amazônia, sua invasão, seu desmatamento e queimadas. Revista Marítima Brasileira, p. 95-103, Quarto Trimestre, 2001.

GAMA E SILVA, R. Amazônia brasileira. Revista Marítima Brasileira, p. 89-108, Primeiro Trimestre, 2000.

ICNL. NGO Law Monitor: Russia. ICNL, Estados Unidos, 2014. Disponível em: <<http://www.icnl.org/research/monitor/russia.html>>. Acesso em 21 jun. 2014.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, Suíça, 2014. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/>>. Acesso em 21 jun. 2014

LEONARD, T. C. Origins of the myth of social Darwinism: The ambiguous legacy of Richard Hofstadter's social Darwinism in American thought. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Elsevier, v.71 (1), p. 37-51, 2009.

LINO, G. L., CARRASCO, L., COSTA, N. e PALACIOS, S. *Máfia verde 2 – Ambientalismo. O novo colonialismo*. 3. ed. Editora Capax Dei. 2005.

MUSTACICH, A. Imperialism, the cold war and the contradictions of decolonization. Centre for Research on Globalization. Canadá, 2013. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/imperialism-the-cold-war-and-the-contradictions-of-decolonization/5334692>>. Acesso em 21 jun. 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Indígenas. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008.

PESCE, E. I. Guerra de quarta geração: implicações para a Marinha do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, p. 113-130, Primeiro Trimestre, 2008.

PUTIN, V. V. Speech and the following discussion at the Munich Conference on Security Policy. Alemanha, 2007. Disponível em: <http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2007/02/10/0138_type82912type82914type82917type84779_118123.shtml>. Acesso em 21 jun. 2014.

VIDIGAL, A. A. F. Apontamentos sobre geopolítica. *Revista Marítima Brasileira*, p. 49-68, Terceiro Trimestre, 2002a.

VIDIGAL, A. A. F. A internacionalização da Amazônia. *Revista Marítima Brasileira*, p. 81-98, Segundo Trimestre, 2002b.